

## SÍNTESE DE RESULTADOS

<b>ENTIDADE/PROCESSO</b>	<b>AUDITORIA AO REGIME DE INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS NA MARINHA</b>
<b>AUDITORIA REF.:</b>	<b>AI.03.04/2020</b>
<b>O QUE AUDITAMOS</b>	A aplicação do Regime de incompatibilidades e impedimentos de funções militares com a execução de funções públicas e/ou privadas na Marinha.
<b>O QUE CONCLUÍMOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Existência de um conjunto alargado de Despachos internos que regulam a área em análise;</li><li>- Ausência de Instrução Permanente que promova a identificação dos requisitos legais das funções públicas e privadas, no âmbito do regime de incompatibilidades e impedimentos;</li><li>- Desatualização do PGRIC;</li><li>- Oportunidades de melhoria no sistema de controlo interno, designadamente, no âmbito da análise e controlo dos requerimentos para o exercício de funções em acumulação;</li><li>- Inexistência de auditorias internas dirigidas à temática em análise.</li></ul>
<b>O QUE RECOMENDAMOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a formalização de norma de execução permanente que defina os procedimentos para obtenção de autorização para acumulação de funções;</li><li>- Diligenciar a revisão do PGRIC;</li><li>- Implementação de melhorias no controlo interno, designadamente, através da criação de um sistema de análise e controlo dos requerimentos para o exercício de funções em acumulação;</li><li>- Programar a realização de auditorias internas dirigidas à área em análise.</li></ul>